

Comum, crise da medida e os impasses da subjetivação capitalista

Tatiana Roque

Professora do programa de pós-graduação em filosofia da UFRJ

Publicado em Negri no Trópico 23º 26' 14"

Organização de Homero Santiago, Jean Tible e Vera Telles

Autores: Negri & Marilena Chaui, Michael Löwy, Suely Rolnik, Alberto Acosta, Peter Pál Pelbart, Tatiana Roque, Homero Santiago, Vera Telles, José Guilherme Pereira Leite, entre outros.

Editora: Autonomia Literária, N-1 edições e Editora da Cidade, 2017

A emergência do comum aponta para uma nova perspectiva de contestação e de superação do capitalismo. Isso porque permite ultrapassar a dicotomia estado/mercado que aprisiona a esquerda. Pensar a dimensão do comum hoje torna-se ainda mais importante, quando é necessário suplantar a nostalgia dos programas da esquerda e fornecer um instrumento capaz de revogar suas esperanças progressistas no Estado.

A noção de comum como modo de produção, proposta por Negri, traz em seu bojo a afirmação da renda como reconhecimento da cooperação social. Tem a ver com isso o sucesso das políticas de investimento público direcionadas diretamente à renda: bolsa família e programas de transferências de renda em geral, valorização do salário mínimo e pequenos empréstimos. Em seguida, ou paralelamente, seria o momento dos governos do PT tornarem as transformações sociais mais estruturais e consistentes. Ao invés disso, o governo escolheu a via do estímulo estatal ao setor produtivo, conduzido na prática por uma oligarquia obscena, bem representada pelas empreiteiras sob investigação. Um dos maiores equívocos do governo, sobretudo a partir de 2011, foi ter apostado numa aliança com o setor produtivo para colocar em prática políticas desastrosas de desonerações fiscais e rebaixamento artificial de tarifas, medidas que mostram bem o quanto Estado e mercado são aliados na atual fase do capital e que foram ingredientes fundamentais da chamada Nova Matriz Econômica. Acreditava-se que a aliança improvável entre industriais da FIESP e trabalhadores da CUT pudesse diminuir o poder dos rentistas – verdadeiros inimigos do desenvolvimento¹. Sabemos que o plano falhou. Essa escolha

¹ O projeto e suas contradições foi relatado em detalhes no artigo de André Singer: “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. *Novos*

errada, com consequências graves no presente, torna ainda mais urgente a necessidade de pensar num modelo de desenvolvimento que não se fie demais no nacionalismo estatista.

Que a esquerda no mundo, em particular no Brasil e na América Latina, tenha feito parte do consórcio Estado/mercado é um fato não desprezível para compreender a desconfiança da população em relação ao sistema político. O comum nos permite ultrapassar essa alternativa infernal. Vamos falar um pouco das diferentes acepções da noção de comum, antes de analisar a especificidade da proposta de Hardt e Negri.

Em primeiro lugar, há o ponto de vista dos *commons*. O comum é pensado aí a partir dos bens comuns, naturais ou culturais: a água e as florestas, os saberes indígenas ou o conhecimento produzido na universidade. Bens comuns, diga-se de passagem, que não têm tido no Estado uma proteção. O plano das experiências concretas dos comuns, das lutas pelos bens comuns, intensificou-se e diversificou-se nos últimos anos. Desde a luta pela água na Bolívia e pelos povos da Amazônia, até os saberes e tecnologias comuns do *software* livre e dos direitos de propriedade intelectual. Essas práticas levaram a uma interpretação da nova fase de acumulação do capital como marcada pela apropriação dos bens comuns, pela constituição de novas *enclosures* (cercamentos). Vandana Shiva avança essa tese e aponta caminhos: “Se a globalização é a mais recente *enclosure* dos comuns – nossa água, nossa biodiversidade, nosso alimento, nossa cultura, nossa saúde, nossa educação – recuperar os comuns é o dever político, econômico e ecológico do nosso tempo”².

Originalmente, o termo *commons* se refere ao conjunto de regras que permitiam aos camponeses de uma mesma comunidade o uso coletivo, regulado pelo costume, dos caminhos, das florestas e dos pastos. Era possível, sem deter a propriedade sobre uma terra, ter livre acesso para recolher lenha ou frutas nessa terra. Há inúmeras questões relativas à propriedade que têm origem na problemática dos comuns. Uma das mais conhecidas é expressa no trabalho clássico de Garrett Hardin, “The Tragedy of the Commons”³. O foco está no problema do livre acesso, que levaria necessariamente à deterioração dos bens comuns. Se todo mundo tiver livre acesso ao mar onde se pesca

Estudos-Cebrap, 102, jul. 2015, pp. 43-71.

² Vandana Shiva, “Water Democracy”, in Oscar Oliveira e Tom Lewis, *Cochabamba. Water War in Bolivia*, South End Press, Cambridge, 2004, p.xi. Referência tirada do livro *Commun*, de Dardot e Laval, citado abaixo.

³ Garrett Hardin, “The Tragedy of the Commons”, *Science* 13, Vol. 162, Issue 3859, pp. 1243-1248, 1968.

atum, sobretudo com a febre internacional do sushi, haverá uma procura cada vez maior, o que provocará inevitavelmente a extinção do atum. Parte-se da premissa que indivíduos racionais vão querer sempre maximizar seus ganhos pessoais, ainda que em detrimento do de outros. Elinor Ostrom, prêmio Nobel de economia, mostrou que, implícita nesse paradigma, está uma concepção limitada do ser humano, que não tem porque ser assumida como pressuposto. A existência de pessoas que se comunicam e são capazes de abrir mão de seus interesses pelo comum depende das relações sociais em que estão inseridas⁴.

Justamente por contrapor visões de mundo que implicam em utopias distintas, a ideia de comum adquiriu um potente valor antagonista nos movimentos contemporâneos, designando a espoliação e a apropriação das riquezas comuns nas mãos de poucos – os 1% apontados por *Occupy Wall Street*. Há exemplos de apropriação especialmente significativos: expropriação de camponeses e indígenas de sua cultura sobre sementes e remédios por grandes multinacionais do alimento (como Monsanto) ou por grandes farmacêuticas; o desenvolvimento de patentes por empresas de biotecnologia; e a monopolização por grandes empresas de informática (como Microsoft ou Google) das linguagens, dos *softwares* e dos saberes de rede em geral.

Mas ainda que esses movimentos tenham demonstrado grande poder de mobilização, o foco na expropriação pode ter levado a uma postura excessivamente defensiva, que ajuda a explicar seu caráter provisório. O pensamento do comum, nesses termos, fica restrito a uma reflexão estratégica defensiva, análoga a da ecologia como preservação. O potencial mobilizador dos movimentos não avança em direção a iniciativas de organização mais duradouras, que nos levem para além da temporalidade da indignação.

Dardot e Laval fazem uma genealogia da noção de comum e de sua relação histórica com as questões de soberania e propriedade⁵. Uma alternativa política para o século XXI precisa conseguir aliar a luta anticapitalista à ecologia, reivindicando os comuns contra novas formas de apropriação tanto privadas, quanto estatais. O comum aponta, portanto, para novas práticas democráticas e institucionais. Essa dimensão estratégica leva Dardot e Laval a apontarem uma fragilidade da sugestão de David

⁴ Elinor Ostrom, *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge University Press, 1990.

⁵ Pierre Dardot e Christian Laval, *Commun: essai sur la révolution au XXIe siècle*, Paris, La Découverte, 2014.

Harvey, ao apontar para um novo regime de acumulação em curso – acumulação por despossessão⁶.

A nova acumulação de capital, além de extrair lucro da atividade econômica normal, espolia por manipulações e especulações que permitem acelerar a concentração de riquezas, realizadas por uma associação entre o poder financeiro e o Estado. Aposentadorias substituídas por planos de saúde privados são um exemplo do modo como a ação estatal participa de uma sobreacumulação de capital nas mãos de fundos privados, aprofundando seu controle sobre a sociedade por meio da expropriação dos – cada vez mais – despossuídos. Ricos ficando mais ricos e pobres, mais pobres fornecem um meio de aprofundar a acumulação onde o capitalismo já é dominante. Parte-se, nesse caso, de uma analogia com a pilhagem e o roubo dos comuns, que se exerceria, agora, pela produção de um enorme contingente de despossuídos. Essa tese, contudo, lança-nos num impasse: como contar com esses despossuídos para combater esses novos processos de acumulação capitalista?

A ação política precisa de um idioma próprio. Designar os novos sujeitos da ação política como despossuídos não parece despertar a força antagonista necessária para combater os processos de acumulação capitalista que o próprio Harvey descreve. Essa fragilidade política é apontada por Dardot e Laval. É justamente quanto à dimensão estratégica do conceito que queremos focar a análise do comum de Hardt e Negri.

A noção de comum no singular é uma proposta original de Hardt e Negri, que não tratam somente dos comuns, mas buscam recolocar a problemática do comum no seio das dinâmicas de produção e reprodução do capital e do trabalho. No capitalismo cognitivo, há uma subsunção real do trabalho ao capital, o que enseja um controle sobre a vida do trabalhador explorada em todas as suas dimensões, até aquelas mais recônditas e íntimas – como a afetividade e a sexualidade, afetando o conjunto das relações sociais. Mecanismos de comando difusos e imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e mentes, são associados à passagem da subsunção formal do trabalho ao capital à subsunção real do trabalho ao capital, como apontada por Marx. Pode-se, por exemplo, trocar e-mails como forma de comunicação com amigos, independentemente do tempo em que se está trabalhando. Nesse caso, o tempo de vida não é necessariamente tempo de

⁶ Diversos trabalhos de David Harvey tratam do tema: *The New Imperialism*, Oxford, Oxford University Press, 2003; “The ‘new’ imperialism: accumulation by dispossession”, *Socialist Register* 40, 2004; *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*, Londres, Profile Books, 2010; e “The future of the commons”, *Radical History Review* 109, 2011.

trabalho e o capital não determina nem comanda as relações sociais, logo há uma subsunção formal do trabalho ao capital – a vida social está apenas formalmente subsumida ao capital. Ocorre que, cada vez mais, para mantermos nossas relações sociais (que são também relações de trabalho), precisamos estar nas redes sociais e o capital tem um papel determinante inclusive com o que fazemos do tempo “livre”. Isso configura outro tipo de subsunção: a subsunção real do trabalho, uma direção social direta sobre o trabalho. A amizade no Facebook é subsunção do trabalho afetivo e social a dados de *feedback* e a serviços de *profiling*, vendidos por exemplo a empresas de sondagem. Acontece algo do mesmo tipo quando o Uber ou o Airbnb negociam as informações que possuem sobre os hábitos e movimentos de seus usuários.

No capitalismo industrial fordista, o tempo de trabalho era a medida do valor. Mas como medir o trabalho social? Especialmente quando recobre o tempo de vida e investe sobre todos os seus planos? Aqui, o tempo de trabalho não mede mais o valor do trabalho, o que se reflete nesta sensação de que nunca paramos de trabalhar. A lei do valor não é mais capaz de diferenciar o tempo de trabalho incluído nas relações de produção, e de reprodução, da totalidade do tempo de vida. Tem-se, assim, uma subsunção real do trabalho ao capital. A exploração deixa de ser abstrata (como na subsunção formal) e torna-se imensurável, passando a ser dita em termos de *extração*, na terminologia de Hardt e Negri.

Isso não significa que a exploração tenha acabado, ao contrário, ela mudou de natureza, trazendo um problema relativo à medida. Passamos de uma medida extensiva, que pode medir o tempo de trabalho como jornada, a outro tipo de quantificação, que podemos chamar “intensiva”. Podemos ter uma ideia da dificuldade recorrendo à diferença entre uma medida de comprimento e uma medida de temperatura. Se somamos dois segmentos de 30cm de comprimento, obtemos um segmento de 60cm; mas se juntamos dois baldes de água a 30 graus cada um, não obtemos um balde com água à temperatura de 60 graus. A medida de comprimento é extensiva e a de temperatura é intensiva – não se mede pela sua subdivisão em partes. Surge um problema de fundo, que tem relação com nossa dificuldade de compreender o funcionamento do capitalismo atual: como medir o trabalho se não pela jornada, ou seja, pelo tempo passado na fábrica? como medir o trabalho intensivo. A isso chamamos aqui “crise da medida”. A extração de valor da vida pelo capital é intensiva e não medida pode ser medida em horas de trabalho. Podemos avançar, por nossa conta, a hipótese de que ela passa a ser medida pelo grau de adesão das relações sociais colaborativas a relações de produção capitalistas.

Esse problema está implícito na caracterização do comum feita por Hardt e Negri. O comum não é o que o capitalismo destrói, mas de onde ele extrai valor, ou mais-valor. Nossos modos de comunicar, colaborar e cooperar produzem o comum e essa produção está no coração de todas as formas de produção social hoje em dia. Não se trata mais de conceber o comum a partir de sua destruição, mas a partir de sua produção. Por isso, é fundamental observar que Hardt e Negri falam do comum como modo de produção. A consequência, para as lutas, é que não se trata de defender, mas de promover o comum: criar instituições do comum para além dos modos de produção e dos regimes de acumulação do capitalismo atual.

A acumulação capitalista é um processo contínuo de separação dos indivíduos das condições e dos meios de produção. Por isso, interessa pensar o comum em termos de acumulação de capital, para além da periodização dos diferentes modos de produção. Há processos de atualização permanente dos regimes de acumulação capitalista. Hoje, isso se daria pela separação forçada, em nosso dia-a-dia, dos meios que desenvolvemos para viver de modo relativamente autônomo em relação ao aparelho capitalista de produção e de consumo. Essa separação concerne diferentes condições de autonomia em relação ao capital: se cuidar, se instruir, se divertir, comunicar e colaborar. Nada disso é despossessão. Tal é a especificidade do comum para Hardt e Negri: os processos de subjetivação, que passam a ser o foco de valorização capitalista, trazem um potencial de autonomia e singularização que implicam uma contradição no seio dos regimes de acumulação e valorização do capital. O trabalho se singulariza e a força de trabalho produz a medida da subjetivação, apresentando-se não mais como capital variável, mas como subjetividade, como potência singular e autônoma. A extração é pré-constituída pela autonomia de organização da cooperação e a subjetividade cognitiva é tomada como potência independente dentro de máquina feroz de exploração. Assim, a força de trabalho cognitiva seria privilegiada com relação às formas de exploração anteriores, pois tem em suas mãos o poder sobre a cooperação e a organização do trabalho e do conhecimento: linguagem, códigos, afetos, comunicação. Há, portanto, um antagonismo no interior da subjetividade, entre o comum sobre o qual se dá a extração capitalista do valor e o comum como expressão da capacidade cognitiva e expressiva da multidão. A afirmação desse comum como potência autônoma da cooperação produtiva pode, então, fragilizar o comando capitalista.

É aqui que se manifesta certo otimismo exagerado, que incomodou muitos críticos à abordagem de Hardt e Negri. A nosso ver, trata-se na verdade de uma aposta excessiva

nos processos de subjetivação como possibilidade de emancipação do comando capitalista. Dizer subjetivação é apenas o começo, marca o âmbito no qual os fenômenos precisam ser investigados. A subjetivação capitalista é integrante primordial da reprodução das condições sociais, culturais e políticas da acumulação do capital, e cada vez mais. Mas como se dão esses processos de subjetivação? Por onde passam os fluxos desejantes? Há um potencial de emancipação dedutível desses processos de constituição do “comum como expressão da capacidade cognitiva e expressiva da multidão”? Somos proprietários dos meios de produção de subjetividade?

Os processos de produção de subjetividade são capazes de recusar os regimes de acumulação, mas também podem forjar os corpos e os afetos que irão se conjugar a esses regimes. A subjetivação também se dá por adesão. Deleuze e Guattari não param de lembrar, citando Reich, em textos mais atuais do que nunca, que desejamos frequentemente nossa própria opressão: as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo⁷. Faz falta, portanto, nas propostas de Hardt e Negri, uma inspeção mais fina dos mecanismos de desejo que ora nos afastam, ora nos fazem aderir à normatização e ao controle capitalista. Daí a importância de se esmiuçar os mecanismos de desejo, como sugerem Deleuze e Guattari, aqueles que põem a funcionar a territorialização, mas também a desterritorialização do capital.

Quanto mais o capital funciona segundo suas leis de acumulação ilimitada, mais ele produz as condições desse funcionamento, incluindo aí os sujeitos de que necessita: lá o trabalhador livre obrigado a vender sua força de trabalho; aqui o empresário de si. Quanto mais adapta as esferas sociais e políticas à norma da concorrência, mais a governança neoliberal coloca em fase a reprodução social e a reprodução do capital. Mais que isso, a reprodução social se torna condição da reprodução do capital. Por isso, muitos autores pensaram a subjetivação em termos de assujeitamento, a partir dos aparelhos ideológicos de Althusser ou da biopolítica de Foucault. Dardot e Laval, por exemplo, inferem que a dimensão global das lutas explica a emergência da categoria de comum, dado que o capital se coloca, cada vez mais, como condição incontornável da vida em todos os seus aspectos, inseparável do sentimento de que não se pode mais sair desse cosmos – cosmocapital⁸. Esses seriam, ainda, modos pelos quais o capital governa as subjetividades. Mesmo a biopolítica remete a tecnologias de assujeitamento, tanto que Hardt e Negri são levados a investigar a possibilidade – controversa – de uma biopolítica

⁷ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *O Anti-Édipo*, SP, Editora 34, 2010, pp. 340-341.

⁸ Dardot e Laval, *Op cit*, p.136.

como expressão da potência, contrabalançando o biopoder. Ao incluir o desejo no jogo, Deleuze e Guattari deslocam a discussão para outro campo, pois o capitalismo, ao invés de exercer o controle sobre os processos de subjetivação, passa a ser visto como uma forma particular de relacionar processos instáveis de dessubjetivação. De forma breve, isso quer dizer que o desejo molda o sujeito, mas também o desfaz; saber no que vai dar esse processo complexo depende das máquinas sociais que somos capazes de construir.

Temos enormes desafios pela frente: para renovar a prática política, para pensar em novas institucionalidades além da representação. A noção de comum, no singular, abre um campo de possibilidades bastante promissor, pois pode federar modos de resistência diversos à subsunção da sociedade, da subjetividade e da vida ao capital. Resta, contudo, a tarefa de pensar os processos de subjetivação em seus detalhes, nuances e contradições próprias. A crise não é somente dos instrumentos de medida, mas da medida em si mesma. Como se apropriar de uma medida intensiva que produz o que pretende medir? Ainda vai ser preciso calibrar a dose de otimismo necessária para nos mantermos vivos, mobilizados e acreditando que lutar adianta, com a dose de pessimismo que nos conecta aos tempos sombrios que vivemos. Nem paranoia, nem denegação. Qual pode a justa medida de um novo realismo revolucionário?